



Prefeitura Municipal de Americana Estado de São Paulo

Protocolo nº 3795/2025



Contrato cadastrado sob nº 594 / 25
Secretaria Municipal de Administração
Registrado em 18/08/25

TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento que celebra a parceria entre o Município de Americana e a Organização da Sociedade Civil (OSC) denominada **SOMA** para a execução do Projeto **EnvelheSer**.

Pelo presente Termo de Fomento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE AMERICANA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n. 45.781.176/0001-66, com sede na Avenida Brasil, n. 85, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Francisco Antonio Sardelli, portador do documento de identidade RG nº 8.082.267-8 e inscrito no CPF sob o n.º 871.309.208-15 devidamente autorizado pela lei, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e **SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA ADOLESCENTES DE AMERICANA - SOMA**, com CNPJ nº 44.682.9790001-09, e sede Praça dos Expedicionários, 29, Vila Medon, na cidade de Americana, neste ato representada pelo Sr. Luiz Carlos Claret Rosa, dirigente, com CPF nº 925.214.528-15 e RG nº 8.514.317-0, doravante denominada Organização da Sociedade Civil entre si **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 11.506, de 24 de outubro de 2016, nos elementos constantes do processo administrativo PMA protocolizado sob nº 3795/2025 de 12 de maio de 2025, e nas normativas dos três entes federados que regulamentam o Sistema Único de Assistência Social, o serviço socioassistencial e o Fundo Municipal de Assistência Social, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 O presente Termo de Fomento tem por objetivo o repasse de recursos financeiros provenientes do **Conselho Estadual do Idoso**, por meio do Fundo Estadual do Idoso, para a execução do projeto "**EnvelheSer**", que visa promover o envelhecimento ativo e saudável, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo órgão concedente.
- 1.2 O projeto referente aos recursos solicitados referido no item anterior é parte integrante e indissociável do presente termo de fomento.



Prefeitura Municipal de Americana

Estado de São Paulo

1.3. Os equipamentos necessários para a execução do projeto, especificados no Termo de Referência, serão adquiridos pelo Município e entregues à Organização da Sociedade Civil (OSC) para uso exclusivo no âmbito do projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. São obrigações do MUNICÍPIO:

2.1.1. Efetuar à OSC o repasse do recurso financeiro conforme cronograma do projeto para custeio do objeto desta parceria, sendo que a utilização dos recursos obedecerá o disposto no Plano de Trabalho e guardará consonância com as metas, fases ou etapas da execução do objeto do Termo de Fomento.

2.1.2. Adquirir e entregar os equipamentos descritos no Termo de Referência à OSC, mediante formalização de Termo de Entrega, para uso exclusivo na execução do projeto.

2.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do projeto, diretamente ou por delegação, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados.

2.1.4. divulgar, em seu sítio eletrônico oficial, informações referentes à parceria celebrada com a organização da sociedade civil, por meio de dados abertos e acessíveis, incluindo este termo, o plano de trabalho e os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

2.1.5. promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, emitindo relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e submetendo-o à avaliação da comissão de monitoramento e avaliação;

2.1.6. realizar visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do seu objeto e do alcance das metas;

2.1.7. fornecer assessoramento técnico à organização da sociedade civil, na execução das atividades previstas no plano de trabalho;

2.1.8. dar conhecimento, à organização da sociedade civil, das normas programáticas e administrativas que regulamentam a execução das atividades e projetos previstos neste instrumento;

2.1.9. promover, sempre que necessário e possível, a capacitação dos recursos humanos da organização da sociedade civil, a fim de viabilizar a execução do objeto;

2.1.10. realizar a análise da prestação de contas fornecida pela organização da sociedade civil;



Prefeitura Municipal de Americana Estado de São Paulo

2.1.11. notificar a organização da sociedade civil, no caso de rejeição da prestação de contas, para devolver os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada, ou solicitar o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público;

2.1.12. comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa idosa- COMID as irregularidades verificadas e não sanadas pela organização da sociedade civil, quanto à qualidade das atividades prestadas e quanto à aplicação dos recursos financeiros transferidos;

2.1.13. nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, realizar, sempre que possível, pesquisa de satisfação, que terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela organização da sociedade civil, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas;

2.1.14. cumprir as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 13.204, de 2015, do Decreto Municipal nº 11.506, de 2016, bem como as legislações e normativas dos três entes federados que regulamentam a execução da atividade e as normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

2.2. São obrigações da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

2.2.1. Cumprir integralmente o Plano de Trabalho e o Plano de Aplicação de Recursos aprovados pelo Município e pelo Conselho Estadual do Idoso..

2.2.2. desenvolver as ações seguindo as diretrizes do Órgão Gestor da Política Municipal dos Direitos da Pessoa idosa, por meio da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos;

2.2.3. apresentar ao Órgão Gestor da Política Municipal dos Direitos da pessoa idosa, por meio da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, nos prazos e nos moldes por ela estabelecidos, os relatórios e instrumentos técnicos das atividades e projetos desenvolvidos;

2.2.4. manter, durante a execução da parceria, as condições exigidas nos arts. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

2.2.5. comunicar ao MUNICÍPIO suas alterações estatutárias, nos termos do § 3º do art. 28 do Decreto Municipal nº 11.506, de 2016;

2.2.6. divulgar, em seu sítio eletrônico e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos onde exerça suas ações, a parceria celebrada, devendo informar, no mínimo: a) a data de assinatura e identificação do instrumento desta parceria; b) o nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); c) a descrição do objeto da parceria; d) o valor total da parceria e valores liberados; e) a situação da



Prefeitura Municipal de Americana Estado de São Paulo

prestação de contas da parceria, mencionando, inclusive, a data prevista para sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo, e f) o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício, quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria;

2.2.7. manter escrituração contábil regular, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

2.2.8. caso a organização da sociedade civil adquirir equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, deverá gravar referidos bens com cláusula de inalienabilidade, formalizando promessa de transferência de propriedade à Prefeitura Municipal de Americana, na hipótese de sua extinção;

2.2.9. gerenciar os recursos recebidos, respondendo pelo pagamento das despesas de custeio, de investimento e de pessoal, além dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública municipal a inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação aos referidos pagamentos;

2.2.10. movimentar os recursos recebidos em decorrência da parceria por meio de conta bancária específica, observando o disposto nos artigos 51 a 53 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

2.2.11. não utilizar os recursos recebidos em despesas vedadas, enumeradas no art. 45 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

2.2.12. obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas;

2.2.13. prestar contas, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho e aferição do uso regular dos recursos transferidos;

2.2.14. manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para sua apresentação;

2.2.15. permitir o livre acesso dos servidores da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos e às informações relacionadas ao termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;



Prefeitura Municipal de Americana Estado de São Paulo

2.2.16. restituir à administração pública municipal eventual saldo financeiro remanescente, inclusive o proveniente de receitas obtidas de aplicações financeiras, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

2.2.17. cumprir as disposições das Leis Federais nº 8.069, de 1990, e nº 13.019, de 2014, da Lei Municipal nº 5.299, de 2012, do Decreto Municipal nº 11.506, de 2016, bem como das legislações e normativas que regulamentam a execução das atividades previstas neste instrumento e as normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

2.2.18. observar as diretrizes do **Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003)** e do **Plano Nacional de Políticas para o Idoso**, promovendo o envelhecimento ativo e saudável, conforme os objetivos pactuados no Plano de Trabalho.

2.2.19 A OSC compromete-se a utilizar os equipamentos exclusivamente para a execução das atividades previstas no Projeto **EnvelheSer**, registrar os bens em seu inventário patrimonial, garantir sua guarda, manutenção e conservação durante a vigência do Termo de Fomento, e apresentar informações sobre seu uso na prestação de contas. Ao término do Termo ou em caso de rescisão, a OSC deverá devolver os equipamentos ao Município, salvo disposição em contrário prevista em legislação ou ato normativo aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS E DOS EQUIPAMENTOS

3.1. Para a execução da atividade e projeto previstos na Cláusula PRIMEIRA, o MUNICÍPIO repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o montante de R\$ 62.007,56 (sessenta e dois mil, sete reais e cinquenta e seis centavos) e seus rendimentos, para custeio, cuja despesa correrá por conta da dotação orçamentária nº 02.13.03 – 14.422.0069.1.025 - 33.50.39.00

3.2. O cofinanciamento do projeto será , destinado ao custeio das atividades previstas no Plano de Trabalho, e será realizado em **02 (duas) parcelas**, a serem pagas conforme cronograma de desembolso do convênio estadual.

3.3. Os equipamentos necessários para a execução do projeto, conforme especificado no Termo de Referência, serão adquiridos pelo MUNICÍPIO e entregues à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL mediante formalização de **Termo de Entrega**, para uso exclusivo no âmbito do projeto **EnvelheSer**.

3.4. Os equipamentos fornecidos pelo MUNICÍPIO permanecerão como propriedade do MUNICÍPIO, sendo cedidos à OSC em caráter de uso temporário e exclusivo para a execução do projeto, devendo ser devolvidos ao término da vigência do presente Termo de Fomento ou em caso de rescisão, salvo disposição em contrário prevista em legislação ou ato normativo aplicável.

CLÁUSULA QUARTA – DOS BENS REMANESCENTES



Prefeitura Municipal de Americana

Estado de São Paulo

4.1. Com o objetivo de assegurar a plena execução do objeto do presente Termo de Fomento e a realização das atividades previstas no Projeto **EnvelheSer**, o Município de Americana será responsável pela aquisição e entrega dos seguintes equipamentos à Organização da Sociedade Civil (OSC):

a) **1 (um) Notebook de 15 polegadas**, com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência do Projeto **EnvelheSer**;

b) **1 (um) Projetor Multimídia**, com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência do Projeto **EnvelheSer**.

4.2. Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo ser formalizada promessa de transferência da propriedade à administração pública municipal, na hipótese de extinção da organização da sociedade civil.

4.3. Os bens remanescentes adquiridos com os recursos transferidos para a execução da parceria, após o fim de sua vigência, serão de titularidade do órgão público municipal, nos termos do inciso I do art. 25 do Decreto Municipal nº 11.506, de 2016.

4.4. Caso a prestação de contas final da organização da sociedade civil seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes retornará ao órgão público, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

a) Não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

b) O valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

4.5. Ocorrendo a dissolução da organização da sociedade civil durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo da importância a ser ressarcida.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente instrumento vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, observado o limite estabelecido no artigo 24 do Decreto Municipal nº 11.506, de 2016.

5.2. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser endereçada à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e protocolizada via plataforma digital 1doc ou na Unidade de Serviços Gerais - **Setor de Protocolo** da Prefeitura Municipal de Americana, localizado na Avenida Brasil, nº 85, térreo, Americana, no prazo previsto no artigo 55 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.



Prefeitura Municipal de Americana

Estado de São Paulo

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE VALORES EM CASO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DA PARCERIA

6.1. Após decorrido o período de 12 (doze) meses da assinatura deste instrumento, na hipótese de prorrogação de vigência da parceria, poderá ocorrer reajuste do valor estabelecido na cláusula terceira, adotando-se o índice de preços ao consumidor amplo (IPCA/IBGE).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas.

7.2. A prestação de contas deverá observar a Lei Federal nº 13.019, de 2014, o Capítulo VII do Decreto Municipal nº 11.506, de 2016, bem como as Instruções expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para fins de fiscalização contábil, financeira, operacional e fechamento do exercício, que permitam avaliar o andamento da parceria e concluir que seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e resultados esperados.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

8.1. O monitoramento e avaliação da parceria celebrada ocorrerão pela comissão de monitoramento e avaliação e pelo Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social, por meio da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humano.

8.2. O monitoramento e avaliação ocorrerão em conformidade com o previsto na Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 13.204, de 2015, e no Decreto Municipal nº 11.506, de 2016.

CLÁUSULA NONA – DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1. Obriga-se a O.S.C., em razão deste Termo de Fomento, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO de Americana, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2. A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente autorizados pela Assessoria da Comunicação do Município.



Prefeitura Municipal de Americana

Estado de São Paulo

9.3 A O.S.C. compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, ou no sítio eletrônico público do Mapa das O.S.C.s, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

9.4 Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho, com as normas da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e/ou do Decreto Municipal nº 11.506, de 2016, e da legislação específica, a Prefeitura Municipal de Americana poderá aplicar à organização da sociedade civil as sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, nos termos previstos no Capítulo VIII do Decreto Municipal retro mencionado.

10.2. Da decisão administrativa que aplicar as sanções caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão.

10.3. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da Prefeitura Municipal de Americana destinadas à aplicação das sanções, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas.

10.4. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. Qualquer alteração do presente TERMO seguirá o disposto na Seção III do Capítulo IV do Decreto Municipal nº 11.506, de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente instrumento poderá ser rescindido por descumprimento das obrigações assumidas ou por infração legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Americana para dirimir quaisquer questões oriundas deste termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Prefeitura Municipal de Americana Estado de São Paulo

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Americana/SP, 01, de agosto de 2025

Documento assinado digitalmente

gov.br

LUIZ CARLOS CLARET ROSA

Data: 12/08/2025 15:44:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MUNICÍPIO DE AMERICANA

Juliani Hellen Munhoz Fernandes

Secretária de Assistência Social

e Direitos Humanos

Gestora do Termo de Fomento

SOMA

Luiz Carlos Claret Rosa

Representante Legal

Testemunhas

Beatriz Betolli Bezerra

RG: 22.088.893-0

CPF: 213.080.068-88

Mariana Leite Zimmermann Araujo

RG: 44.234.747-9

CPF: 370.424.898-37



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: ED05-5501-0F4B-D77A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LUIZ CARLOS CLARET ROSA (CPF 925.XXX.XXX-15) em 12/08/2025 15:44:27 GMT-03:00
Emitido por: AC Final do Governo Federal do Brasil v1 << AC Intermediária do Governo Federal do Brasil v1 << Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ BEATRIZ BETOLI BEZERRA (CPF 213.XXX.XXX-88) em 15/08/2025 15:19:39 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JULIANI HELLEN MUNHOZ FERNANDES (CPF 353.XXX.XXX-09) em 15/08/2025 15:26:45 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARIANA LEITE ZIMERMANN ARAUJO (CPF 370.XXX.XXX-37) em 15/08/2025 15:33:16 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://americana.1doc.com.br/verificacao/ED05-5501-0F4B-D77A>